



**QUILOMBOLAS, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DUAS
PERSPECTIVAS: AS NOTÍCIAS E AS LIDERANÇAS**

Orientador: José Maurício Arruti
Bolsista:
Carolina Ludovice

Relatório Anual
PUC-RIO
2011



QUILOMBOLAS, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DUAS PERSPECTIVAS: AS NOTÍCIAS E AS LIDERANÇAS

Introdução

Este relatório faz parte das atividades do projeto de pesquisa do Laboratório de Antropologia dos Processos de Formação: **“Panorama Quilombola no Estado do Rio de Janeiro: Terra, Cultura e Educação”**, que tem como objetivo elaborar um amplo levantamento do estado atual da Questão Quilombola no Estado do Rio de Janeiro, por meio de uma análise das condições e impactos desta política de reconhecimento, tanto no que diz respeito às dinâmicas locais de tais comunidades, quanto às políticas públicas propostas e incidentes sobre elas. Tal pesquisa destaca dois objetivos principais: (a) identificar a atual situação escolar destas comunidades (escolas situadas em territórios quilombolas ou que atendam a população quilombola), (b) investigar os debates relativos à educação diferenciada destas comunidades, assim como, iniciativas práticas de ordem civil, político, social e acadêmica. Este relatório contribui parcialmente com ambos os objetivos ao organizar a massa de notícias publicadas sobre o tema da educação quilombola e por confrontá-la com depoimentos de lideranças quilombolas da Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro.

O principal objetivo do trabalho implica-se em articular uma visão do tema da educação quilombola no Rio de Janeiro em âmbito macro, tomando por base as notícias nacionais sobre políticas públicas para educação em quilombos em âmbito micro. Nesse sentido tomarei por base depoimentos de lideranças das comunidades quilombolas da Região dos Lagos (RJ). Analisar como os atores sociais e as instituições atuam diante da questão, e sua interferência no desenvolvimento de ações que possibilitem o aprofundamento das questões relativas ao tema. Para tal análise nossas perguntas básicas foram: Quais ações são promovidas neste âmbito? Quem as promove? Como elas são expressas nas notícias e nas falas das lideranças na consulta da ACQUILERJ (Associação de Comunidades Quilombolas no Estado do Rio de Janeiro)? Em que medida os meios de comunicação (notícias), e Estado (políticas públicas) demonstram a realidade daquele contexto?

Assim, visamos analisar especificamente o andamento das políticas públicas envolvidas com essas comunidades, no aspecto de participação dos órgãos públicos, na fiscalização dos mesmos sobre essas ações, no diálogo dessas instâncias com as comunidades e sua influência no desenvolvimento de uma educação quilombola.

Antes de qualquer análise, a questão base que surge quando se fala em comunidade quilombola é, como a mesma se caracteriza. Quando falamos da existência de um público diferenciado no âmbito das políticas públicas, nos deparamos com o histórico das variações semânticas do significado da expressão quilombo, que levou à categoria privilegiada neste debate. A ressemantização do termo quilombo demonstra a história do processo de reconhecimento desse grupo diante da sociedade colonial até o conceito contemporâneo do termo.

Um quilombo significou um espaço de refúgio de escravos fugidos e recentemente libertos, um objeto de repressão, espaço de resistência cultural, resistência política, foi também sinônimo de comunidades negras rurais. À partir da Constituição de 1988 no artigo 68 (ADCT/CF-1988) é proposto o uso da categoria jurídica “remanescentes de quilombos, em consequência da luta do movimento negro, pesquisadores da área antropológica e jurídica que intensificaram os debates em meio a questão, e o decorrente desenvolvimento de políticas públicas.

A questão quilombola paralizou-se por um tempo devido à divergências políticas, sendo retomada em 2003 com a publicação do decreto presidencial(decreto 4788, de 20.11.2003) e

restituição do artigo 68(ADCT/CF88). Com isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária(INCRA) é designado responsável pelo processo de regularização fundiária das comunidades," *incorpora o direito de auto-reconhecimento, prevê a possibilidade de desapropriações e, finalmente, estabelece que a titulação deva se efetuar em nome de entidade representativa da comunidade*"(Arruti, 2008). Observa-se neste momento, que comunidades quilombolas são compreendidas além do aspecto cultural, ganhando visibilidade do Estado para os direitos às políticas e suas condições são garantidas com o Programa Brasil Quilombola. O debate trazido em torno da categoria jurídica resultou então, em um processo de inserção social da população quilombola, e com o resultado do programa federal foram desenvolvidas políticas voltadas especialmente para esse público, concentradas nos órgãos da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial(SEPPIR) e do Programa de Promoção da Igualdades de Gênero, Raça e Etnia(PPIGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA), políticas gerais(saúde, saneamento, educação) num contexto específico.

No âmbito da educação inicia-se um processo de reflexão sobre uma educação diferenciada que atendesse às demandas específicas, ou garantisse o acesso deste grupo social. Porém, há de se advertir sobre qual educação estamos falando, uma educação que de fato respeite e privilegie as especificidades de cada grupo, que viabilize a afirmação da identidade cultural, o empoderamento dos grupos e seus mecanismo de ação e ascensão social? Um dispositivo do Estado embasado na premissa de política específica baseia-se na redistribuição de recursos financeiros, "cotas" para esse grupo, na área da educação os recursos do FUNDEB, as escolas recebem um valor diferenciado relativo a cada aluno matriculado na escola quilombola.

Em cenário em processo de construção a Educação Quilombola ou Para Quilombolos é apresentada de forma ambígua, de um lado ações gerais que atuam de forma diferenciada(redistribuição de recursos), e outro ações específicas atuam de forma contextualizada(educação diferenciada). Vejamos a seguir, como os meios de comunicação em massa e as lideranças do movimento quilombola são facilitadores para discutir a temática.

Banco de Notícias e Depoimento das lideranças

Como pesquisadora bolsista de iniciação científica, fui responsável especificamente pelo levantamento de dados e informações, utilizando como fonte o site *observatório quilombola* (www.koinonia.org.br/oq), principal meio de comunicação da causa no Brasil. As notícias foram selecionadas seguindo o critério de filtragem com a palavra-chave: "educação" e trabalhadas a partir do software *Nvivo*.

Primeiramente, as notícias foram organizadas em categorias segundo suas principais informações, referentes à datas, ações e suas variações, pessoas ou instituições envolvidas, comunidades, veículo, fonte, autor. Neste sentido, tais informações foram destacadas com a ferramenta do software que permite essa categorização, os Nodes, assim, as notícias desmembraram-se em dados. Desde o ano de 2004 até 2009 foram categorizadas notícias que agrupavam todos os Estados do Brasil, exceto o estado do Rio de Janeiro em que foi realizada a categorização de 2004 a abril de 2011. Ao total, dos Estados brasileiros somavam 100 notícias, e isoladamente no Rio de Janeiro totalizavam 51 notícias. As notícias repetidas, ou que tratavam do mesmo assunto, foram excluídas para que pudessem ser destacadas as ações, e não a incidência das mesmas. Ao final, o banco de dados foi formado com 49 notícias do Brasil, seguidas de 38 notícias do Estado do Rio de Janeiro.

Das 49 notícias de norte a sul do país, 13 relatavam sobre projetos (*a*) que trabalham direta ou indiretamente com as comunidades, 12 noticiavam eventos (*b*) em âmbito político, acadêmico, civil, social, 13 relatavam sobre planos, programas e ações (*c*) do governo federal,

estadual e municipal, 6 informavam sobre cursos de capacitação (*d*), e 2 falavam sobre o desenvolvimento de produtos (*e*) (livros, filmes, revistas). A equiparação dos números de *a*, *b* e *c* demonstra que não há a predominância de iniciativas específicas, mas que há uma movimentação diversificada tanto na promoção de eventos, como no desenvolvimento de projetos e ações políticas. No âmbito micro da educação, as ações locais com a promoção de atividades de capacitação (*d*), é aproximadamente 50% menor comparada com as categorias anteriores. Na categoria *e* nota-se a escassez da divulgação das produções literárias, acadêmicas, cinematográficas, documental, etc; produtos estes que provavelmente estão relacionados às ações noticiadas. Neste sentido, discrepância entre ações e produtos é um indício de uma possível descontinuidade das iniciativas. Segundo os dados verifica-se que há uma incipiente movimentação no que tange à esfera pública sob as comunidades quilombolas, porém em que medida a implementação dessas políticas garantem e mantêm o acesso aos direitos básicos e específicos do grupo, e atingem os objetivos, podendo resultar em produtos?

No caso do Estado do Rio de Janeiro o panorama é distinto e os números apontam a predominância de ações diretamente ligadas ao campo acadêmico e social. Das 38 notícias, 25 informam a ocorrência de eventos, 10 deles são do âmbito acadêmico (promovidos por universidades), 7 deles são eventos políticos (promovidos por esferas do governo), outros 7 são eventos sociais (promovidos por movimentos e grupos sociais), 1 é referente ao evento de iniciativa civil. Do restante das outras notícias 8 veiculam informações sobre ações e planos dos governos federal (1 notícia), estadual (3) e municipal (4); 2 notícias são sobre cursos de capacitação e outras 2 sobre produtos (um documentário e uma revista), somente 1 fala especificamente do desenvolvimento de projeto.

Em comparação com todos os demais estados do Brasil, o Rio de Janeiro destaca-se pela promoção de debates, pela discussão pública sobre aspectos relacionados às comunidades quilombolas. O fato de o número de eventos acadêmicos serem maior neste estado revela que pelo menos neste campo há um aprofundamento, os números de evento políticos e sociais confirmam que há mobilização das esferas, e o Rio de Janeiro em números somados aos dos outros Estados apresenta incidência maior de veiculação de iniciativas, exceto quando se trata de projetos. A discussão e o desenvolvimento dos temas não garantem a conscientização da sociedade e do poder público, é necessário desenvolvimento de iniciativas que ajam diretamente sob a população, além de planos e programas federais, projetos específicos que visem a afirmação da identidade e reconhecimento daquela população.

As regiões que apresentam maior incidência na veiculação de notícias localizam-se o nordeste do país, a Bahia é responsável pela quantidade de 10 notícias 2 delas sobre projetos. Dos 13 projetos apresentados nas notícias mais da metade (7) aparecem entre os Estados de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Bahia. Outros estados que se destacam em quantidade de notícias, e referência a projetos é São Paulo e Mato Grosso do Sul que juntos totalizam 14 notícias e 5 de projetos. Não se tem o número exato sobre a relação dos órgãos envolvidos mas observou-se a existência de parceria entre instâncias municipais com organizações não governamentais, resultados de programas do governos federal e estadual, neste caso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Fundação Cultural Palmares, Ministério da Educação e Ministério da Cultura são os órgãos que mais aparecem como parceiros e/ou financiadores. No Estado do Rio de Janeiro, no que tange à todas as ações sejam elas eventos, programas, cursos, os órgãos mais presentes são a Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Especificamente das regiões do Estado do Rio 17 notícias envolvem comunidades da Região Sul do Estado, concentrando-se nos municípios litorâneos de Angra dos Reis e Paraty, em contrapartida apenas 3 notícias envolvem as comunidades do Litoral Norte do Estado, na Região dos Lagos. A visibilidade de uma região pra outra apontaria para a desigualdade de acesso à políticas ou apenas seria indícios de situações peculiares em tais comunidades, como

no caso da Ilha de Marambaia. Sabemos que há décadas moradores enfrentam a Marinha do Brasil, lutando não só pelo seu território, direitos básicos de educação, saneamento, saúde, mas também pelo direito de ir e vir, que atualmente ainda é controlado pela instituição militar. Em Campinho da Independência, a situação muda de contexto pois trata-se de uma comunidade titulada onde se encontra o Ponto de Cultura, e através dele o Pontão de Jongo, além disso, desenvolveu um projeto que propõe o desenvolvimento da Educação Quilombola. De um lado um conflito silencioso e intenso de outro, lutas e conquistas, ambos fazem do destaque dessas regiões, inevitável. De certo modo, tal visibilidade é facilitadora para se pensar quilombo, para se fazer política para quilombo, para garantir direitos, porque possibilita ao público o descobrimento da realidade daquela população, e a comunidade se apresenta a ele. Tal prerrogativa é confirmada na fala das lideranças das comunidades da Região dos Lagos, quando falam das dificuldades de acesso e escasso investimento na região e participação.

Os cursos de capacitação apresentados em 8 notícias ao total de todos os Estados do Brasil, inclusive Rio de Janeiro, fazem parte do processo de formação continuada de professores e gestores e e outros casos capacitação para atuação em temas específicos como "*alfabetização em comunidades quilombolas*" (título de uma notícia). A demanda se concretiza na fala da liderança de uma comunidade da Região dos Lagos quando denuncia o quadro de desinformação dos funcionários públicos da secretaria de educação do município em consideração a lei 10.639/03 - MEC - importância da capacitação, junto a necessidade do governo de punir os municípios que não a aplicarem para dar sentido a existência desse direito. A importância da atuação da comunidade neste sentido em conjunto com a acquirerj para o andamento de projetos que centralizem seus objetivos nos aspectos trabalhados com a lei. Nas notícias trabalhadas não há texto que tratem especificamente o assunto, no entanto o debate está presente em seminários, fóruns, congressos, cursos, projetos, demonstrando que ainda que não haja de fato o cumprimento da lei, a sua importância está sendo discutida.

A autonomia dos grupos foi um outro ponto suscitado na reivindicação para que torne plausível a criação de projetos específicos desenvolvidos pelas próprias comunidades, contra a centralização do ensino exercida pelos governos. A comunidade autônoma, politicamente organizada consequentemente seria participante ativa nos processos de desenvolvimento dos debates as quais as envolvem. E a questão que é levantada ao final da fala é, como garantir a participação das comunidades diante de um quadro de pouca mobilização, informação, e formação política? Ainda assim, é observado nas notícias a participação das lideranças associação de moradores das comunidades quilombolas em todos as ações que envolvem diretamente a comunidade. Que representatividade exerce as lideranças sobre a comunidade? Sabe-se que o auto-reconhecimento da comunidade não garante que todos da população se auto-atribuam e se insiram na categoria.

Os relatos são enfáticos quando o assunto é reconhecimento e autoafirmação, pois são unânimes ao discutir racismo e preconceito, diante de um grupo álgero emergente. Sutilmente, no preenchimento de questionário para escolha de vagas, no tratamento diferenciado, no desrespeito à dignidade humana, na privação e violação de direitos. Demonstrando a gravidade do tema que trata de um grupo em ascensão social e política, que há décadas perpassa por tortuosos caminhos de exclusão.

Não há que se esperar a atitude e mobilização de todas as partes envolvidas, e há atores que entre as comunidades e os aparelhos do Estado, são silenciadas de forma a maquiarem um conflito interno estabelecido entre a implementação de políticas e o andamento delas. Os funcionários que atuam nos órgãos públicos são os agentes da ação, e concomitantemente são descritos como dificultadores do acesso.

Os próprios critérios de inserção das políticas e seleção do público alvo alertam para um fraqueza do sistema, que oferece aos municípios e seus membros beneficiarem-se de recursos

do governo destinados a população quilombola. Segundo as lideranças, o fato haver mobilização insuficiente e falta de informações ocasiona na não fiscalização e busca por direitos, permitindo o retorno incorreto de verbas destinados a educação, por exemplo.

Trazendo a visão diferenciada sobre eficácia dos debates políticos e acadêmico presentes nas notícias, os depoimentos denunciam sua ineficácia em promover acesso às políticas públicas de saúde, educação, e explica que essas instâncias não são reconhecidas sob as especificidades da questão quilombola. O processo de reconhecimento perpassa toda a história e delimita indiretamente a possibilidade de acesso e sob quais meios é alcançado, desde a criação da categoria jurídica até o panorama atual a questão fundiária o é o eixo central de movimentação. As políticas se apresentam como estratégias para o desenvolvimento do trabalho do INCRA, e enquanto um direito à terra é violado, os direitos diferenciados à educação são negados.

Conclusão

Apesar do tema ser considerado emergente identificam-se poucas iniciativas que voltam o olhar para o reconhecimento dessa população enquanto movimento social, enquanto cidadãos providos de direitos. Porém, é necessário questionar-se até que ponto essas políticas públicas, projetos, programas de governo, respondem as demandas específicas dessas comunidades na forma com que se manifestam e são entendidas, recebidas e respeitadas.

Enquanto os dados das notícias demonstram superficialmente como se movimenta a questão nos diferentes espaços e diferentes meios de atuação, os líderes ativos na luta, à frente do movimento, nos mostra perspectiva de quem está lidando diretamente com os atores envolvidos, sejam eles políticos, funcionários públicos, acadêmicos, e com a própria comunidade.

Neste jogo de lutas por espaços simbólicos, não é reconhecido de como as políticas estão voltados para os interesses da comunidade. Nota-se que as instâncias políticas neste jogo criam as regras com mecanismos em códigos dominadores por seus agentes, e as comunidades estão à margem reivindicadas por representações diretas nas cadeiras políticas e reconhecendo a necessidade de mobilização. Fala-se que direitos específicos são discutidos e demonstra-se que direitos básicos são negados, travando a discussão para elementos silenciados na base da questão, o reconhecimento é de fato vivido, ou seria mais um recurso de auto-beneficiação do governo?

Observamos que na análise da consulta sobre violação de direitos que há interesses e demandas que divergem sobre a opinião das lideranças e poder público. E a possível existência de um conflito no acesso e manutenção de uma escola de qualidade que atenda às necessidades das comunidades, e nos questionamos qual as consequências deste embate? Questão esta que nos impulsiona à investigação para que se consiga de fato mudanças a partir de leis, e de ações políticas.

Referências Bibliográficas

ARRUTI, José Maurício Andion. “Políticas Públicas para quilombos: terra, saúde e educação”. In: Caminhos Convergentes - Estado e Sociedade na Superação das desigualdades Raciais no Brasil, edited by Marilene de Paula e Rosana Heringer. e ed 1. Vol. 1, 75-110. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, Action AID, 2009.

_____. “Quilombos”. In: Raça – Novas Perspectivas Antropológicas, edited by Osmundo Pinho; Lívio Sansone. e ed 1. Vol. 1. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. "Notas sobre as iniciativas federais em educação no

contexto das políticas públicas para quilombos". In: Educação escolar quilombola: Pilões, Peneiras e Conhecimento Escolar. 1 ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2009, v. 1, p. 13-31.